



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Comunicação e Cultura.

IDEIAS, LUGARES E IMAGEM: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Daniela de Carvalho Ciriaco¹

Resumo: Buscaremos apresentar algumas reflexões acerca dos elementos históricos que caracterizam o processo de formação social brasileira, retomando alguns aspectos que são determinantes no que se refere à constituição, desenvolvimento e expansão do capitalismo no mundo e o papel assumido pelo Brasil neste contexto, bem como os impactos deste processo na formação da cultura do povo brasileiro.

Palavras-chave: Capitalismo. Formação Social Brasileira. Cultura. Colonialidade.

Abstract: We will try to present some reflections about the historical elements that characterize the process of Brazilian social formation, retaking some aspects that are determinant in what concerns the constitution, development and expansion of capitalism in the world and the role assumed by Brazil in this context, as well as the impacts of this process in the formation of the culture of the Brazilian people.

Keywords: Capitalism. Brazilian Social Formation. Culture. Coloniality.

1 INTRODUÇÃO

O tempo passa e a pergunta máxima da existência ainda ressoa, ainda que tenham tentado respondê-la, o conteúdo não foi suficiente para convencer e aquietar as indagações. Quem eu sou não é uma pergunta que diz respeito somente à subjetividade de cada indivíduo, mas foi e, em certa medida continua sendo o questionamento que dá origem a diversas abordagens, caracterizações e interpretações acerca do Brasil.

Sobre a sua aparência muitos são os relatos. Terra com natureza exuberante, praias, cachoeiras, matas, povo cordial, acolhedor, alegre e festivo, carnaval, futebol e muitas outras são as caracterizações que ousam afirmar que *isso* é o Brasil.

No entanto, assim como descrever as qualidades de uma pessoa não equivale a revelar a sua essência, chegando a resposta de quem, de fato ela é, no que se refere ao Brasil elencar as suas “maravilhas” não só não responde a pergunta inicial, como não se aproxima do real que se esconde, ou melhor, é escondido pelos muros que separam a definição da realidade.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: <carvalho.danielaphn@gmail.com >.

É nesta direção que Ianni (2002) apresenta os diferentes tipos de abordagem da compreensão e caracterização do Brasil que se convertem em mitos exatamente pela falta de veracidade, de comunhão com a própria realidade. Essa ausência de bases sólidas que permitam a sua compreensão faz do Brasil uma nação em busca de conceito, de definição, direção. (IANNI, 2002).

Essa busca não acontece por uma crise de adolescência passageira. Pelo contrário, ela é fruto da trajetória, das decisões que forjaram um caminho específico da história que deixou e deixa marcas que permanecem presentes na forma de se perceber, de se organizar e propriamente de ser.

Quijano (2005) ao explicar a configuração da América Latina a partir do desenvolvimento do capitalismo mundial afirma que a constituição de um novo padrão de poder baseado na ideia de raça e na articulação das formas de controle do trabalho voltadas para o capital confere à América Latina um modo de pensar eurocêntrico. As perguntas gestadas no seio brasileiro encontram resposta na forma de pensar europeia, ainda que elas não façam sentido na realidade do Brasil.

É o que Schwarz (1992) chama de “As ideias fora do lugar”. A importação dos ideais liberais que imperavam na Europa acontece ainda quando o Brasil vivencia a escravidão. Isto significa que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei, o universalismo, a prioridade do lucro eram ideias que não apresentavam nenhuma compatibilidade com o modo de produção interno, mas que era a ideologia liberal a que reinava na economia mundial, para a qual a economia brasileira estava voltada.

De acordo com Coutinho (2011) aos poucos essas ideias começam a se encaixar e “entrar no lugar”. Com a industrialização e a transição do modo de produção interno para a fase propriamente capitalista a realidade brasileira vai assumindo novos contornos que a assemelham ao contexto de uma sociedade capitalista, momento marcado, segundo Coutinho (2011) pela transição da subordinação formal à subordinação real.

Esse processo cria novas condições à história da cultura brasileira, que no presente vivencia as contradições que emergiram dessa trajetória. A qual não aconteceu sem resistência, mas sempre pelo alto, atendendo às necessidades externas, do capital e do mercado mundial. Não foi um caso isolado, utilizando os termos de Gramsci, de revolução passiva no Brasil. As transformações na realidade brasileira sempre foram realizadas pelas classes dominantes que combinaram o consenso e a coerção na realização de reformas a fim de impedir que essas transformações ocorressem por meio da organização dos movimentos das classes subalternas.

Esse conjunto de elementos convergiram e continuam desenvolvendo no presente relações específicas entre a sociedade civil e a sociedade política, bem como formas de

participação e organização tipicamente resultantes desse processo histórico da cultura brasileira. Ressalvadas as particularidades, não por acaso, de acordo com Singer (2012) foi vivenciado no período do governo Lula mais uma vez uma “revolução passiva”, feita pelo alto e com sérias consequências para a formação, organização e mobilização da classe trabalhadora.

Partindo do exposto, compreender as formas de organização e mobilização da classe trabalhadora no presente implica um estudo da realidade nacional inserida num contexto de capitalismo mundial, o que, não só caracteriza um capitalismo dependente no Brasil, mas estabelece e configura relações capitalistas próprias que incidem na construção e constituição dos meios de participação da classe trabalhadora.

Desbravar e aprofundar essa discussão é relevante por duas questões principais: 1) Se o Brasil é uma nação em busca de conceito, isto é, se a pergunta: Quem eu sou? Não foi respondida é provável que não se saiba qual o horizonte a ser conquistado; 2) Por outro lado, se a pergunta: Quem eu sou? Foi respondida equivocadamente, baseada nas expressões externas, nas caracterizações da aparência, o lugar a que se pretende chegar também o será. Ou seja, nos dois casos a busca pelo horizonte desejado está atrelada a um “não saber” e esse não saber constrói formas de organização frágeis e conturbadas oriundas de uma autoimagem construída pelo eurocentrismo, que não corresponde, de fato, ao que é. “[...] é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”. (QUIJANO, 2005, p. 139).

2 HISTÓRIA, OLHARES E CONSTRUÇÕES

Na ânsia de ter resposta sobre o quê e quem é o Brasil, diversos autores com perspectivas distintas tentaram resgatar e relatar a trajetória histórica, as raízes e épocas que constituíram o seu processo de desenvolvimento. Essa diversidade de análises, Ianni (2002) denomina de famílias do pensamento brasileiro. Essas famílias analisam o Brasil a partir de um ponto específico de sua trajetória constituindo o que o autor chama de cartografia do imaginário brasileiro.

Dentre essas famílias é possível destacar as que consideram que o Brasil constituiu uma sociedade civil parca e um Estado forte, com características de tutela tendo em vista os interesses da elite. Outra forma de análise, parte da compreensão que a história do Brasil é determinada pelos interesses do mercado mundial, das imposições da realidade externa que se configura pela forma que em cada momento está inserido no mercado externo. O

patriarcalismo, a “democracia racial” e as “revoluções brancas” são alguns pontos por meio dos quais as famílias desenvolvem o seu pensamento. “Essas e outras interpretações, sempre acompanhadas de inquietações e interrogações, permitem reafirmar a hipótese de que o Brasil é uma nação em busca de conceito, uma nebulosa movendo-se no curso da história moderna em busca de articulação, direção”. (IANNI, 2002, p. 180).

Além dessas famílias, há outra perspectiva que ganhou bastante popularidade que é denominada de perspectiva tipológica. Esta se concentra na análise e observação de características culturais, psicológicas e sociais constituindo assim uma série de tipos e imagens que definem, ou melhor, buscam definir e qualificar o que é o Brasil.

É como se a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais, um tanto ou muito alheios às relações, processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se poderiam revelar mais abertamente os nexos e os movimentos da sociedade, em suas distintas configurações e em seus desenvolvimentos históricos (IANNI, 2002, p. 180).

Esses tipos que se constituem em mitos possuem forte influência e encontram-se enraizados na cultura sociocultural, político-econômico e psicossocial brasileira, o que ocorre e torna-se compreensível, de acordo com o Ianni (2002) em um país que vivenciou quatro séculos de escravismo.

Com as mudanças do modo de produção e o fim do escravismo uma nova percepção acerca do trabalho precisava ser gestada e os tipos cada vez mais se distanciavam da realidade, embora já estivessem impregnados na forma de pensar e ver o Brasil.

É interessante perceber que essas interpretações têm origem em contextos específicos da sociedade brasileira e revelam o movimento e as configurações de cada momento a partir de diferentes ângulos.

Identificar a existência dessa diversidade e as inúmeras imagens e figuras caracterizadas pelas explicações sobre o Brasil e o seu povo que ainda perduram na atualidade nas figuras de Jeca Tatu, João Grilo, Saci Pererê, dentre outros, permite confrontar a realidade com o desenvolvimento da produção de conhecimento ao longo da história do Brasil.

Ao fazer tal exercício é possível identificar que entre a realidade e os tipos de pensamento há uma distância significativa oriunda não de uma explicação equivocada, mas de uma interpretação que revela uma forma de pensar que favorece e alimenta a reprodução das relações pautadas nessas imagens que, conseqüentemente contribui para a reprodução do sistema.

O tom de suavidade empregado nessas explicações sugere uma convivência harmônica entre os diversos povos que aqui habitavam: os índios, os colonizadores, os

negros, velando as reais contradições, conflitos e mortes decorrentes dessa relação de exploração e dominação.

O negro, em diversas obras tratado como forte, resistente, alegre, que canta, dança e ri foi o instrumento utilizado para fundamentar o que Quijano (2005) chama de novo padrão de poder, o qual coloca o negro numa condição de subalternidade fundamentada nas características fisiológicas que indicavam o seu lugar de inferioridade no mundo. Aqui, ele não só foi explorado, seus companheiros dizimados, mas também foi preparado para desde cedo saber conhecer o seu lugar, o que se configura como uma forma de legitimação da dominação imposta pela conquista.

Para explicar essa relação, Quijano (2005) propõe uma análise do desenvolvimento do capitalismo a partir da constituição da América. O avanço e expansão do capitalismo, o termo tão recorrente como a globalização é fruto de um processo que se tornou possível com a constituição da América, mas esse processo veio acompanhado da formação de um novo padrão de poder.

Esse novo padrão de poder é fundamentado por dois eixos centrais: a ideia de raça e a articulação das formas de controle do trabalho voltadas para o capital. De acordo com Quijano (2005) a ideia de raça se instaura com a constituição da América. Essa construção mental baseada em estruturas biológicas foi o que permitiu a produção de identidades sociais historicamente novas. A referência a localizações geográficas assumem neste contexto também um caráter racial. A raça se configura como um instrumento de classificação da população, que diante do estabelecimento de novas relações sociais marcadas pela dominação define hierarquicamente, os papéis e os lugares que cada identidade deve ocupar.

Arelado a esse processo, com a constituição da América uma nova forma de controle do trabalho é estabelecida, não como mera continuidade ou extensão de processos anteriores, mas com formas propriamente novas. Para fundamentar essa afirmação Quijano (2005) apresenta três pontos principais: 1) Todas as formas de controle do trabalho, a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário foram organizadas para a produção voltada para o mercado mundial; 2) Essas formas não aconteciam só simultaneamente, mas estavam articuladas pelo mercado e 3) Para atender essas novas “necessidades” todas essas formas assumiram novas configurações, novos traços. A articulação desses modos de controle do trabalho estabelece relações de dependência orientadas pelo lugar que ocupam nesse processo, e, é exatamente essa articulação que forma um novo padrão global de controle do trabalho constituindo assim, o capitalismo mundial.

A combinação desses dois elementos acima tratados estabeleceu uma sistemática divisão racial do trabalho. De modo geral, os índios foram lançados à servidão, os portugueses

e espanhóis recebiam salários e podiam ter sua própria produção, os nobres ocupavam os lugares de liderança, da administração e aos negros foi conferida a escravidão.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (QUIJANO, 2005, p. 119).

Como Quijano (2005) afirma, essa colonialidade do controle do trabalho determinou uma “geografia social do capitalismo”. O capital era a forma de controle não só que articulava, mas que dominava, sobrepunha-se as outras, e ele, sendo o elo principal não poderia ocupar um lugar, que de acordo com divisão racial também incorporada nessa relação espacial não fosse central. Assim, a Europa se constitui como o centro, o lugar próprio do capital. “O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado”. (p. 120).

O domínio da Europa não se deu só no controle do trabalho, sua forma de pensar se impôs em todos os aspectos da vida social, na política, na cultura, na intelectualidade. Esse mundo dominado pela Europa ao incorporar diversas realidades e culturas configura formas particulares e específicas no que diz respeito a sua subjetividade, cultura e conhecimento.

[...] todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 121).

A hegemonia europeia e as condições do cenário brasileiro forja uma realidade interessante. A realidade da Europa e do Brasil eram completamente distintas. Enquanto a Europa já vivia o trabalho livre e os ideais do liberalismo o Brasil ainda vivia em trabalho escravo. No entanto, essa diferença material não impediu que os ideais propostos pela Europa ganhassem espaço no Brasil.

Schwarz (1992) explica que as razões para a adesão desses ideais mesmo diante das condições internas diferentes encontram-se no fato de que naquele momento o Brasil era um país agrário dividido em latifúndios cuja produção dependia do trabalho escravo e do mercado externo.

Na Europa, a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e o universalismo eram ideais que velavam a exploração do trabalho. Essa ideologia burguesa liberal é aderida pelo Brasil exatamente porque a sua produção está voltada para o mercado mundial. Além disso, “havíamos feito a Independência há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas e

americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional” (SCHWARZ, 1992, p. 3).

Esse conjunto ideológico era completamente incompatível com a escravidão, o trabalhador livre possibilitava ao patrão mais flexibilidade e liberdade, enquanto o escravo limitava as possibilidades de lucro. Eficácia, liberdade, produtividade eram elementos que não se realizavam no trabalho escravo, visto que o objetivo era estender o máximo possível o período de trabalho do escravo para que ele pudesse se disciplinar, além do mais, o escravo não poderia ser despedido, o que enrijecia as relações.

Embora fosse a escravidão uma relação produtiva fundamental não era ela que direcionava, que estabelecia sentido à vida ideológica. De acordo com Schwarz (1992) a chave explicativa desse processo se encontrava na própria formação do Brasil. Construindo o raciocínio, o autor resgata que a colonização, com o monopólio da terra produziu três segmentos distintos: os latifundiários, os escravos e os “homens livres”. Este último tem o seu acesso aos meios de reprodução por meio do favor. Diversas profissões e atividades, a política, a indústria, comércio, tipografia, qualificações operárias, comércio, vida urbana, todas eram mediatizadas pelo favor. É entre essa classe produzida pelo favor e a dos que possuem que se constitui a vida ideológica.

A escravidão e as ideias liberais são questões que trazem elementos inteiramente antagônicos que se colocavam de maneira desigual. Se nos argumentos os ideais liberais da Europa prevaleciam, na prática o favor ainda reinava. Ainda que antagônicos e contraditórios esses princípios encontraram formas de existirem conjuntamente.

adotadas as idéias [sic] e razões européias [sic], elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente objetiva, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor. Sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas. Esta recomposição é capital. De ideologia que havia sido isto é, engano involuntário e bem fundado nas aparências o liberalismo passa, na falta de outro termo, a penhor intencional duma variedade de prestígios com que nada tem a ver. Ao legitimar o arbítrio por meio de alguma razão racional, o favorecido conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor, que por sua vez não vê, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo. (SCHWARZ, 1992, p. 6).

Neste sentido, Schwarz afirma que não se trata das ideologias descreverem falsamente a realidade, mas neste contexto elas são resultado da “superioridade” da Europa e das relações e elementos que decorrem do favor. Esse movimento trouxe sérias consequências para a realidade brasileira que não só geraram contextos e situações específicas no passado como continuam sendo ponto fundamental para a explicação de realidades no presente.

Assim, se neste contexto exposto por Schwarz todas essas ideias estavam fora do lugar, com a transição, a passagem para o modo de produção capitalista essas ideias começam a se encaixar, a assumir um lugar próprio (COUTINHO, 2011).

Segundo Coutinho (2011) a formação econômico e social brasileira tem a marca determinante da escravidão, que se manifesta na produtividade econômica, mantendo-a estagnada trazendo consequências relevantes para a criação do mercado interno e para o processo de transição para o capitalismo, materializada pela “via prussiana”. Além disso, no escravismo a degradação do trabalho manual é muito intensa o que provocou a criação de setores marginalizados que tinham como única possibilidade de reprodução o favor.

Esses elementos são essenciais para compreender o cenário em que a cultura europeia conseguiu penetrar a realidade brasileira. Ter no exterior os pressupostos da formação econômica e social brasileira foi um elemento que favoreceu esse processo de adesão da cultura europeia. “não existia uma significativa cultura autóctone anterior à colonização que pudesse aparecer como o ‘nacional’ em oposição ao ‘universal’, ou o ‘autêntico’ em contraste com o ‘alienígena’.” (COUTINHO, 2011, p. 40). “Imitar, para nós, foi integrar, foi nos incorporarmos à cultura ocidental, da qual a nossa era um débil crescimento. Foi igualmente manifestar a tendência constante da nossa cultura, que sempre tornou os valores europeus como meta e modelo”. (CANDIDO, 1968, p. 27 apud COUTINHO, 2011, p. 40).

Assim, é possível dizer que a assimilação dessa cultura universal pelas diversas classes brasileiras constitui a história da cultura brasileira, a qual importa a ideologia universal por encontrar nela respostas e sentido para a defesa de seus interesses, ainda que eles fossem restritos e de uma classe específica.

Estabelecer as relações entre a cultura brasileira e a cultura nacional é fundamental e necessário para compreender as questões que se colocam na atualidade de uma cultura nacional-popular no Brasil, sem ser absorvido pelas análises superficiais e restritas. No entanto, além de identificar essas relações, outro fator que deve ser observado, como diz Coutinho (2011, p. 45) “outra determinação histórico-genética” da cultura brasileira é o tipo de articulação entre as classes e o poder político, uma característica do processo histórico do Brasil.

Em todos os momentos de transição e decisivos para o Brasil – Independência, Abolição, República, Mudança do bloco do poder em 1930 e 1937, nova forma de acumulação em 1964, ascensão do partido dos trabalhadores em 2002 – a escolha sempre foi feita sem a participação do povo. E mais, contra os seus interesses que foram sutilmente captados e devolvidos em forma de consenso.

As transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas 'pelo alto' (COUTINHO, 2011, p. 45).

É possível afirmar que todos esses momentos de transição não só foram marcados por uma relação de dependência, fruto da subordinação do mercado interno ao capital, mas também por uma “modernização conservadora” pela via prussiana. “já que uma solução não prussiana da questão agrária asseguraria as condições para o desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente” (COUTINHO, 2011, p. 46).

Os caminhos escolhidos neste e em todos os outros momentos traz consequências que configuram um tipo de sociedade, de nação. Dentre essas consequências está a relação das classes com o Estado.

O Estado sempre foi o instrumento de conciliação do conflito entre as classes. Isso produziu uma sociedade política forte, com aparelhos burocráticos e militares resistentes e imponentes. Em contrapartida, produziu uma sociedade civil frágil em seus projetos e organização.

Dois elementos são fundamentais para compreender a formação e construção das particularidades dessa sociedade civil. Um, é a parca valorização da cultura no que diz respeito a expressar a consciência social das classes e organizar a luta pela hegemonia ideológica se articulando com os possíveis aliados. Outro é a cooptação de lideranças e representantes das camadas populares, aderindo-as ao bloco do poder de modo subordinado.

A cooptação não significa que as classes dominantes obrigavam os intelectuais trabalharem a serviço dela, defendendo seus ideais e construindo ideologias apologéticas, mas que por meio de diversas formas de pressão e coerção a única possibilidade que os intelectuais tinham era de desenvolver formulações “neutras” que não comprometessem a manutenção da ordem.

Nos casos em que os intelectuais resistiram à cooptação, foram submetidos à coerção e à força, o que criou um clima bastante desfavorável para a constituição de quadros populares. Enquanto as classes dominantes facilmente organizavam e tinham os seus intelectuais, a classe trabalhadora além das condições objetivas para a formação desses intelectuais lutava contra a repressão e os mecanismos utilizados pela classe dominante para impedir sua organização e participação.

Essa forma de realizar as transformações pelo alto marca diretamente o conteúdo da cultura brasileira que manifesta e reforça a ideologia “prussiana” que defende a exclusão da participação das massas populares de quaisquer decisões referentes ao contexto nacional, explicitando assim, uma visão elitista e autoritária que ganha espaço e perdura na história da formação brasileira.

O pluralismo da ideologia da direita pressupõe uma unidade substancial profunda, inabalável: todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, científicas ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia (KONDER, 1979, p. 4).

Esse caráter antipopular não aparece somente na direita, mas perpassa a formação do pensamento brasileiro de forma geral. O próprio pensamento liberal é tomado por esse elemento conservador e, embora seja progressista recusa as consequências do progresso. O medo da organização e participação das camadas populares provocou assim um ecletismo, uma conciliação ideológica do inconciliável que se manifesta em diversos momentos históricos. O que pode ser verificado nas falas: “Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém se aborrece mais do que nós que essas mudanças sejam feitas pelo povo”. “Modifique-se o nosso pacto social, mas conserve-se a essência do sistema adotado. [...] Faça-se tudo quanto é preciso, mas evite-se a revolução”. (MERCADANTE, 1965, p. 117 apud COUTINHO, 2011, p. 51). “A elite pode até aceitar que os pobres peçam favores ou mendicâncias, mas jamais aceitará que eles se organizem para exigir seus direitos.” (SAMPAIO, 2005 apud STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 113).

Esse conjunto de afirmações revela como o “confucionismo ideológico e o ecletismo teórico objetivamente ‘moderado’ (no qual elementos progressistas são ‘temperados’ com elementos reacionários)” (COUTINHO, 2011, p. 52) estiveram e estão presentes na trajetória do pensamento brasileiro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação de todo esse processo de formação histórica do Brasil atrelado ao desenvolvimento do capitalismo e constituição da América é um caminho que permite compreender como a realidade e os processos vivenciados no presente têm suas origens nas escolhas e repostas construídas ao longo dos anos pelas classes dominantes.

Utilizando-se dos conceitos aqui apresentados para explicar como as transformações e os momentos decisivos foram conduzidos, Singer (2012) em uma análise dos governos Lula e Dilma reitera como mais uma vez na história do Brasil um momento de transição foi nos moldes da “revolução passiva”. No entanto, no caso brasileiro algumas particularidades devem ser observadas. Com a ascensão do partido dos trabalhadores não foram as lideranças

e os quadros que foram cooptados por um partido conservador, mas os elementos conservadores é que foram cooptados pelo partido progressista.

Fazendo esse resgate, da Independência até os dias atuais, Vianna (1996) afirma que o Brasil “é o lugar por excelência da revolução passiva”. Esta afirmação além de constatar os processos pelos quais o Brasil passou permite identificar no presente como as formas de organização das camadas populares são configuradas de acordo com esse processo que não se revela esporádico, mas recorrente na história brasileira.

As diversas formas de organização, sindicatos, partidos, associações, movimentos sociais, são configuradas por este lastro conservador e repressivo que empregou todas as forças possíveis e impossíveis para manter afastada das decisões as camadas populares. Este processo traz sérias consequências para a formação, realização e continuidade dessas formas de organização.

A dificuldade de construção de um projeto popular: é comum nos movimentos que haja uma mobilização em torno de pautas específicas, de situações pontuais o que, em certa medida é resultado desse processo de transformismo, de uma visão que é possível que as coisas mudem desde que não afete o livre curso do sistema. É assumir um lugar que a classe dominante permite que seja ocupado pela classe trabalhadora. A articulação com outros sujeitos que defendam as mesmas pautas: a atenção ao que difere e não ao que une. Um exemplo pode ser a fragilidade e resistência de união dos partidos de esquerda.

Não buscando esgotar ou concluir, os elementos aqui apresentados fomentam o debate e provoca inquietações que devem ser aprofundadas e refletidas de modo que possam contribuir para uma análise do presente que possibilite outros caminhos para o futuro. Castells (2013) acerca dos movimentos que aconteceram no mundo todo no início da segunda década do século XXI afirmou que eles já sabem contra o quê lutam, quais são seus inimigos, já sabem o que não querem, mas que ainda é preciso construir e ter clareza daquilo que se deseja. Talvez esse processo de construção de um projeto popular também esteja vinculado à dinâmica da construção das relações sociais de um país de capitalismo dependente. Ou seja, os caminhos adotados ao longo da história pelos detentores do poder corroboraram para a cristalização de uma visão limitada e deturpada da realidade, o que limita também a ação diante dela. É dessa limitação, dessas amarras e imagens distorcidas que é preciso ser liberto. A escrita só é possível depois que se identifica as letras e reconhece o som e o sentido que pela união delas pode ser produzido. Assim, a construção de um projeto popular requer identificar na realidade os elementos que a produziram para que um novo som e um novo sentido possa ser construído, escrito e, sobretudo, realizado.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IANNI, Octavio. **Tipos e mitos do pensamento brasileiro**. Sociologias. Porto Alegre, Jan./June, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000100008>. Acesso em: 15 de fev. 2017.

KONDER, Leandro. A unidade da direita. In: **Jornal da República**, 20/09/1979, São Paulo, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=194018&pagfis=368&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4 ed. São Paulo: Duas cidades, 1992.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B7Wd2VQKqSAWcG0zajZaRW5jMTQ/edit?pli=1>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. **Caminhos e descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira**. vol. 39 n.3, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004>. Acesso em 15 fev. 2017.